



ANEXO I
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Serve apenas como orientação para a banca elaboradora de provas e para os candidatos.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO MÉDIO)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
5. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
8. Crase.
9. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
10. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.
CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO SUPERIOR)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica.
5. Estrutura dos vocábulos e processos de formação de palavras: elementos mórficos (radical, afixo desinência, vogal temática de verbo e nome, fonema de ligação, radicais gregos e latinos), derivação, composição, hibridismo e outros processos não incluídos na Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB.
6. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
7. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
8. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares). Concordância ideológica (silepse).
9. Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal.
10. Crase.
11. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
12. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.
CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.
CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

1. Sistema Operacional Windows 10.
2. Microsoft Word 2016: Edição e formatação de textos.
3. Microsoft Excel 2016: Elaboração, cálculos e manipulação de tabelas e gráficos.
4. Microsoft Outlook 2016: Navegação na Internet e Correio Eletrônico.
5. Google Chrome e Firefox.

Bibliografia sugerida:

Documentação do Microsoft Office 2016.
Documentação do Windows 10.
Documentação do Google Chrome e Firefox.

LEGISLAÇÃO (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

Lei Orgânica do Município de Lavras, Minas Gerais, compilada:
https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1990/7543/lei_organica_-_compilada.pdf

Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras, Minas Gerais,
compilado: <https://sapl.lavras.mg.leg.br/norma/7544>

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lavras, Minas Gerais:
<https://sapl.lavras.mg.leg.br/norma/2780>

Estrutura Organizacional e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Lavras, Minas Gerais: <https://sapl.lavras.mg.leg.br/norma/7259>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(ENSINO MÉDIO)

AUXILIAR LEGISLATIVO (Código 102)

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios, organização, poderes hierárquico e disciplinar, garantias, deveres, vedações e responsabilidade do servidor público.
2. ATOS ADMINISTRATIVOS: Características, prerrogativas e elementos.
3. PODER LEGISLATIVO: Organização, direção e funcionamento, reuniões, mesa diretora, comissões legislativas.
4. CÂMARA DE VEREADORES: funcionamento, prerrogativas institucionais, prerrogativas funcionais e vedações dos vereadores
5. PROCESSO LEGISLATIVO: Espécies, procedimentos, fases.
6. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: Organização, funções, prerrogativas institucionais e funcionais do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, responsabilidade do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais
7. DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, SOCIAIS E DE GRUPOS. Direito de petição. Direito de acesso às informações públicas e participação popular.

Bibliografia sugerida:

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas.
MORAES, Alexandre, Direito Constitucional. São Paulo: Atlas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

AUXILIAR TÉCNICO (Código 103)

1. Noções de hardware e software
 - 1.1. Conceitos
 - 1.2. Dispositivos de entrada, saída e de armazenamento
 - 1.3. Memória
2. Noções de redes de computadores
 - 2.1. Elementos de interconexão de redes (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores)
 - 2.2. Conceito de internet e intranet
3. Sistema Operacional Windows 10
 - 3.1. Gerenciamento de arquivos
 - 3.1.1. Conceitos, tipos, nomes e extensões mais comuns
 - 3.1.2. Estrutura de diretórios
 - 3.1.3. Operações: copiar, mover, apagar, buscar
 - 3.1.4. Compactar/descompactar
 - 3.2. Instalação e configuração de recursos
 - 3.3. Backup
4. Pacote Office 2016
 - 4.1. Word
 - 4.1.1. Ferramentas e comandos
 - 4.1.2. Formatação de texto, tabelas, estilos, correspondências e referências
 - 4.2. Excel
 - 4.2.1. Ferramentas e comandos
 - 4.2.2. Referências de células
 - 4.2.3. Fórmulas de lógica, matemática, pesquisa e texto
5. Navegadores Google Chrome e Firefox
6. Noções de códigos maliciosos
 - 6.1. Tipos mais comuns
 - 6.2. Ferramentas para segurança

Bibliografia sugerida:

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.
Manuais on-line do Google Chrome. Disponível em <https://support.google.com/chrome/>
Manuais on-line do Microsoft Office. Disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br>
Manuais on-line do Mozilla Firefox. Disponível em <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>
Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/windows>
TANENBAUM, A. Sistemas operacionais modernos. 4ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
TORRES, Gabriel. Hardware-Curso Completo. 4ª ed. Rio de Janeiro, 2001.
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(ENSINO SUPERIOR)**

ADVOGADO (Código 201)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Organização da Administração Pública Brasileira. Administração direta e indireta. Princípios constitucionais da Administração Pública.
2. ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA (INDIRETA): Pessoas da administração: espécies e tipicidades de entes administrativos. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: criação, estrutura, regime jurídico, características, agente, extinção
3. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: Conceito, natureza e fins da Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Prerrogativas da Administração Pública. Uso e abuso do poder. Poder de polícia.
4. LICITAÇÕES: Conceito, princípios. Modalidades de licitação. Edital nas licitações. Tipos de licitação. Julgamento nas licitações. Homologação e adjudicação nas licitações. Nova Lei Geral de Licitação e Contratos, alterações e transição legislativa.
5. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, características, formalização, execução. Alteração dos contratos administrativos. Extinção dos contratos administrativos.
6. SERVIÇOS PÚBLICOS: Características e regime jurídico. Formas de prestação. Direito dos usuários. Concessão, permissão e autorização do serviço público. Serviço público X intervenção econômica.
7. DOMÍNIO PÚBLICO: Bens públicos. Natureza, características e classificação dos bens públicos. Utilização dos bens públicos, restrições, limitações administrativas e poder de polícia no âmbito municipal, uso e ocupação do solo urbano: instrumentos, limitações, modalidades, função social do solo urbano, medidas de aproveitamento, zoneamento.
8. SERVIDORES PÚBLICOS: Cargo, emprego e função pública. Princípios constitucionais dos servidores públicos. Direitos, vantagens, deveres, proibições e responsabilidade dos servidores públicos. Empregados públicos.
9. ATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, elementos, classificação, requisitos, atributos. Espécies de atos administrativos. Motivação e motivo dos atos administrativos. Teoria das nulidades dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade.
10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Controle administrativo: conceito e características. Controle interno e controle externo da Administração Pública. Tutela administrativa, supervisão e vinculação na administração. Controle parlamentar e controle popular. Controle Jurisdicional da Administração Pública: conceito, características, ações judiciais de controle da Administração Pública, Reforma na improbidade administrativa.
11. Responsabilidade do Estado por dano (extracontratual).

Bibliografia sugerida:

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETTO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.
OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. *Curso de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.
JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo Saraiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Princípios e normas constitucionais. Eficácia dos princípios. Os princípios constitucionais brasileiros.
2. DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS: Os direitos individuais no sistema constitucional brasileiro. Os direitos sociais no sistema constitucional brasileiro. Os direitos coletivos no sistema constitucional brasileiro. As garantias constitucionais: "Habeas Corpus", Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Ação Popular, "Habeas Data", Direito de Petição. Os direitos sociais.
3. A FEDERAÇÃO NO BRASIL: Características da Federação, a forma federativa na Constituição da República: a União, os Estados Federados, os Municípios e o Distrito Federal. Sistema de repartição de competência no Brasil.
4. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: Competência e bens da União. Organização dos Poderes da União. Intervenção federal nos Estados da Federação. O Poder Legislativo: estrutura, organização,



atribuições, estatuto dos congressistas, prerrogativas institucionais e funcionais, vedações. processo legislativo, procedimento legislativo ordinário, procedimentos legislativos especiais. Reforma constitucional: limitações, espécies, cláusulas pétreas. O Poder Legislativo e a função legislativa nos Municípios. Organização: Mesa Diretora, Comissões, competências legislativas, processo e procedimentos legislativos; processo, procedimentos e atos legislativos municipais, Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal. Prerrogativas institucionais do Poder Legislativo Municipal, prerrogativas e vedações funcionais do Vereadores. O Poder Executivo no âmbito municipal: organização, funções, responsabilidade. O Poder Executivo na Constituição Federal: O Presidente da República: eleição, atribuições, responsabilidades. O Vice-presidente. Os Ministros de Estado: atribuições e responsabilidades. O Poder Executivo no âmbito municipal: organização, funções, responsabilidade. O Poder Judiciário: jurisdição, organização. O Supremo Tribunal Federal: organização e competência. O Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. A Justiça Federal Ordinária: organização e competência. A Justiça do Trabalho: organização e competências. A Justiça Estadual: organização e competências. Funções essenciais à Justiça: o Ministério Público. A Advocacia Pública. A Defensoria Pública.

5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios constitucionais da Administração Pública. Disposições Gerais.
6. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ATINENTES À ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO: Lei orçamentária, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle financeiro e orçamentário.
7. ORDEM ECONÔMICA: Princípios gerais da ordem econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico.
8. ORDEM FINANCEIRA: Princípios do orçamento. Gestão Financeira: receita e despesas. Fiscalização financeira e orçamentária. Distribuição de rendas e receitas no sistema brasileiro. Tribunais de Contas da União e do Estado.
9. ORDEM SOCIAL: Da Seguridade Social: Disposições gerais. Da Saúde. Da Previdência Social. Da Assistência Social. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Da Ciência e Tecnologia. Da Comunicação Social. Do Meio Ambiente. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Dos Índios. Sistema Único de Saúde.
10. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: Espécies, competências, controle difuso e controle concentrado, ações de controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade da legislação Municipal.

Referências bibliográficas: SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros.
LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. São Paulo: Saraiva. MENDES, Gilmar Ferreira;
BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.
SARLET, Ingo, MARINONE, Luiz. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.
MORAES, Alexandre, *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. DIREITO DO TRABALHO: Conceito, fontes, objeto e princípios. O Direito do Trabalho na Constituição da República. Relação de emprego. Contrato Individual de Trabalho (urbano e rural): sujeitos, caracterização e modalidades. Alteração do Contrato de Trabalho. Suspensão do contrato e interrupção da prestação de serviços. Remuneração. Duração do trabalho. Repouso semanal remunerado. Férias anuais remuneradas. Cessação do contrato de trabalho. Normas tutelares: higiene e segurança no trabalho. Trabalho da mulher. Trabalho do menor. Aplicabilidade do Direito do trabalho na Administração Pública.
2. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Organização e funcionamentos da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos, Termos e Prazos Processuais. Distribuição e Custas. As partes, sua representação e seus procuradores. Nulidades. Dissídios individuais: fases postulatória e conciliatória. Fase probatória. Suspensão e extinção (antecipada) do processo. Fase decisória. Procedimentos especiais. Rito sumário. Procedimentos cautelares. Dissídios coletivos. Recursos. Fase preliminar da execução: liquidação da sentença. Execução: parte geral. Modalidades e reforma da execução. Discussão e trâmites finais da execução.

Bibliografia sugerida:

ALMEIDA, Ísis de. *Curso de legislação do trabalho*. São Paulo: Sugestões literárias.
BATALHA, Wilson Campos. *Tratado elementar de direito processual do trabalho*. Rio de Janeiro: Kofino.
CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. São Paulo: Saraiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT (Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º-5-1943 – texto atualizado).
Lei 13.467/2017.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr.

GIGLIO, Wagner D. *Direito processual do trabalho*. São Paulo: LTr.

MALTA, Cristóvão Tostes. *Prática do processo trabalhista*. Rio de Janeiro: Ed. Trabalhistas.

MARANHÃO, Délio e CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. *Direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

MASCARO DO NASCIMENTO, Amauri. *Elementos de direito processual do trabalho*. São Paulo: Ltr.

MORAES FILHO, Evaristo e MORAES, Antônio Carlos Flores de. *Introdução ao direito do trabalho*. São Paulo: Ltr.

SUSSEKIND, Arnaldo. *Instituições do direito do trabalho*. São Paulo: Ltr.

DIREITO CIVIL

1. A PESSOA NATURAL: Personalidade e capacidade.
2. A PESSOA JURÍDICA: Disposições gerais.
3. NEGÓCIO JURÍDICO: Defeitos do negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Invalidez do negócio jurídico. Prescrição e decadência.
4. OBRIGAÇÕES: Modalidades. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.
5. DOS CONTRATOS EM GERAL: Disposições gerais. Da extinção do contrato. Das várias espécies de contrato.
6. DA RESPONSABILIDADE CIVIL. Da obrigação de indenizar. Da indenização.
7. POSSE: classificação; aquisição; efeitos; perda. PROPRIEDADE: aquisição; perda.
8. CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Bibliografia sugerida:

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva. (Edição atualizada).

FIUZA, César. *Direito civil: curso completo*. Belo Horizonte: Del Rey (edição atualizada).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Direito e Processo. Princípios gerais do Direito Processual Civil. Lei processual: natureza e objeto. Fontes, eficácia e interpretação do direito processual.
2. COMPETÊNCIA: Conceito, classificação e critérios determinativos. Competência absoluta e relativa. Modificações de competência. Declaração de incompetência.
3. ATOS PROCESSUAIS: Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Comunicações dos atos. Nulidades. Outros atos processuais. Preclusão.
4. AÇÃO E EXCEÇÃO: Ação e sua natureza jurídica. Elementos da ação. Classificação das ações. Exceção. Fundamento do direito de defesa.
5. PROCESSO: Processo e procedimento. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais e requisitos de validade do processo.
6. PARTES DO PROCESSO: Sujeitos do processo. Juiz e partes. Substituição processual. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.
7. FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO: Formação, suspensão e extinção do processo.
8. PROCEDIMENTO: Procedimento comum, procedimento especial. O pedido. Petição inicial. Cumulação de pedidos. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Reconhecimento do pedido. Ação declaratória incidental.
9. JULGAMENTO: Julgamento conforme o estado do processo. Prova: conceito, objeto, ônus, valoração. Provas em espécie. Audiência. Conciliação. Sentença. Coisa julgada. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Duplo grau de jurisdição.
10. RECURSOS: Disposições gerais sobre recursos. Apelação. Agravos. Embargos. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Uniformização de jurisprudência. Ordem dos processos no Tribunal.
11. EXECUÇÃO: Execução em geral: espécies e procedimentos. Execução contra a Fazenda Pública. Embargos à execução. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.
12. PROCEDIMENTOS CAUTELARES E ESPECIAIS: Medidas cautelares: sistemática e tipos. Ação de consignação em pagamento.
13. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



Bibliografia sugerida:

MARQUES, José Frederico. Instituições de direito processual. Rio de Janeiro: Forense.
SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.
SANTOS, Moacyr Amaral dos. Primeiras linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense.
CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. São Paulo, Atlas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Tributário Nacional (Artigos 145 a 162 da CF/88);
2. Código Tributário Nacional;
3. Normas Gerais de Direito Tributário;
4. Competência Legislativa dos Estados;
5. Princípios Constitucionais Gerais aplicáveis ao Direito Tributário;
6. Princípios Informadores do Direito Tributário;
7. Limitações ao Poder de Tributar;
8. Fontes do Direito Tributário;
9. Legislação Tributária: leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e normas complementares;
10. Validade, vigência, eficácia, aplicação e interpretação da legislação tributária;
11. Norma matriz de incidência tributária;
12. Hipóteses: critérios, material, temporal e espacial; consequentes: critérios quantitativos, base de cálculos e alíquota e critério pessoal: sujeito ativo e passivo; Fato gerador; Não incidência; Imunidade; Isenção; Benefícios Fiscais; Anistia; Remissão; Deferimento;
13. Obrigação Tributária Principal e Acessória; Conceito; Nascimento, sujeito passivo da obrigação tributária;
14. Contribuinte e responsável; Responsabilidade solidária; Responsabilidade de terceiros; Responsabilidade por Infrações;
15. Substituições Tributárias;
16. Imposição Tributária e as convenções particulares;
17. Normas sancionadoras;
18. Crédito tributário; Lançamento; Natureza Jurídica; Efeitos e modalidades; Caráter vinculado da atividade do lançamento; Garantias e privilégios do crédito tributário; Suspensão do crédito tributário; Hipóteses; Moratória; Demais causas de suspensão do crédito tributário; Extinção do crédito tributário; Pagamento, Compensação; Prescrição e decadência; Remissão;
19. Distinção jurídica das espécies tributárias; Imposto; Taxa; Impostos e Contribuições de Melhoria; Contribuições Sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas; Contribuições de Custeio do serviço de iluminação pública; Empréstimos Compulsórios; Contribuições sociais: de intervenção no domínio econômico, de categorias profissionais, Contribuição de melhoria; Preço público;
20. Dívida Ativa; Conceito; Inscrição; a presunção de certeza e liquidez; Consectários;
21. Processo Tributário: Execução Fiscal, Consignação em pagamento, Ação Declaratória, Ação anulatória, Ação de repetição de indébito; Ações cautelares e mandado de segurança; Tutela antecipada contra a Fazenda Pública; Certidões Negativas;
22. Finanças municipais: tributos e outras receitas municipais;
23. Orçamento.

Bibliografia sugerida:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, linguagem e método.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros.
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (texto atualizado até a data do encerramento das inscrições no concurso).

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Consumidor: conceito e elementos essenciais



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



2. Da Política nacional de relações de consumo: princípios fundamentais. Dos direitos básicos do consumidor. Da qualidade dos produtos e serviços. Da prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade pelo fato do produto e serviço. Responsabilidade por vício do produto e serviço
3. Das práticas comerciais: Oferta, publicidade, cobrança de dívidas e práticas abusivas.
4. Da proteção contratual: Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão
5. Da competência dos entes federativos em relação à normatização, controle e fiscalização da produção e distribuição de bens e serviços de consumo. Das sanções administrativas.
6. Do sistema nacional de defesa do consumidor. Órgão administrativo. Possibilidade de recurso. Da convenção coletiva de consumo.

Bibliografia sugerida:

GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do consumidor*. Código comentado e jurisprudência. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

MARQUES, Cláudia Lima. *Manual de direito do consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Os princípios gerais do código de defesa do consumidor*. Revista Direito do Consumidor, 3/44.

DIREITO AMBIENTAL

1. Meio Ambiente e Ecologia: conceito, fundamentos e distinção. Do meio ambiente. Meio ambiente como bem jurídico. A proteção do meio ambiente como princípio das ordens social e econômica. Gestão pública e meio ambiente
2. O Direito Ambiental na Constituição de 1988: competência dos entes federativos
3. O poder público e a tutela do meio ambiente. Definição de espaços territoriais especialmente protegidos. Estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente. Responsabilidade cumulativa pelas condutas e atividades lesivas ao ambiente. A comunidade e a tutela do meio ambiente.
4. Do patrimônio e bens ambientais. Patrimônio ambiental. Bens ambientais: ar, água, solo, flora e fauna.
5. Da administração ambiental no Brasil. Gestão e política ambiental. Administração pública e gestão do ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Planejamento ambiental e avaliação ambiental estratégica.
6. Política Nacional do Meio Ambiente: princípios gerais
7. Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente. Padrões de qualidade ambiental. Zoneamento ambiental. Avaliação de impactos ambientais. Licenciamento em relação ao meio ambiente. Autorizações e licenças no âmbito do direito administrativo. Natureza jurídica da licença. Características da licença ambiental. Competência para o licenciamento. Competência única, competência cumulativa e competência supletiva. O licenciamento federal, estadual, distrital e municipal. Fiscalização e aplicação das penalidades administrativas em face de atividades licenciadas ou autorizadas. Revisão das licenças e o direito à indenização. Licenciamento corretivo e direito adquirido. Aspectos penais do licenciamento ambiental. O controle do procedimento licenciatório e da regularidade das licenças. Licenciamento ambiental especial
8. Política Nacional de Recursos Hídricos. Do Código de Águas: disposições gerais. O domínio das águas. O álveo e as margens. O aproveitamento das águas. A gestão das águas. Classificação e padrões de qualidade das águas. Águas superficiais e águas subterrâneas. O domínio e o uso das águas na Constituição de 1988.
9. A Política Nacional de Recursos Hídricos e a Lei n. 9.433/1997. Objetivos, fundamentos, diretrizes e instrumentos. Planos de recursos hídricos. Direitos de uso de recursos hídricos
10. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Conselho Nacional de Recursos hídricos. Agência Nacional de Águas. Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Os Comitês de Bacia Hidrográfica.
11. Áreas de preservação permanente: conceito. Classificação. Áreas de preservação permanente instituídas por lei. Áreas de preservação permanente instituídas por ato do Poder Público. Intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente. Área de preservação permanente no espaço urbano e florestal.
12. Do patrimônio florestal brasileiro. Da gestão de florestas públicas. Princípios e conceitos da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Concessões de florestas. Plano anual de outorga florestal: conteúdo, requisitos e processo de outorga. Objeto da concessão. Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Licenciamento



- ambiental. Procedimentos licitatórios: habilitação, edital, critérios de seleção. Contratos de concessão. Fundo de Proteção Nacional Florestal. Auditorias florestais. Extinção da concessão.
13. Da legislação ambiental no Brasil. Princípios fundamentais. Amplitude, limites e perspectivas. Os órgãos de controle ambiental na esfera pública: União, Estados-membros Distrito Federal e Municípios. Da responsabilidade por dano ao meio ambiente: administrativa, civil e criminal.
 14. Sustentabilidade. Do desenvolvimento sustentável. Por uma ordem sustentável: vida sustentável. Preservação do planeta e da biodiversidade. Política Nacional da Biodiversidade. Uso e gestão dos ecossistemas. Sociedade sustentável: produção sustentável, consumo sustentável. Sustentabilidade na esfera institucional: ordem jurídica nacional e internacional.

Bibliografia sugerida:

- BRASIL. Atos normativos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável inerentes à matéria.
- BRASIL. *Código Florestal Brasileiro e o novo anteprojeto*.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, atualizada.
- BRASIL. Lei Complementar n. 140/2011.
- BRASIL. Portarias do Ministério do Meio Ambiente inerentes à matéria.
- BRASIL. Resoluções CONAMA inerentes à matéria.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente. A gestão ambiental em foco*. 7. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MUKAI, Toshio. *Direito ambiental sistematizado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.



ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO (Código 202)

1. Fundamentos da Administração – Noções Básicas: as organizações e a administração; as organizações e o administrador; a evolução do pensamento em administração: Abordagem clássica (Administração Científica, Teoria Clássica). Abordagem humanista e comportamental. Abordagem estruturalista da Administração (Teoria Neoclássica, Modelo Burocrático de Organização) Abordagem Sistêmica e Contingencial da Administração (Teoria de Sistemas e Teoria Contingencial).
2. Funções Administrativas: Planejamento: fundamentos, tomada de decisões, planejamento estratégico; Organização: fundamentos, responsabilidade, autoridade e delegação. Controle e Direção; Estrutura Organizacional: tipos de estrutura; Componentes da estrutura organizacional; condicionantes da estrutura organizacional; Avaliação, desenvolvimento e implantação da estrutura organizacional.
3. Administração de *marketing*: o *marketing* e as organizações; conceituação; gestão de marketing e vendas; as funções mercadológicas; relação com o consumidor;
4. Administração de operações, materiais e logística; conceituação; aquisição, movimentação, distribuição, embalagem, estocagem de materiais; modais logísticos; *supply chain* – cadeia de suprimentos; sistemas de produção: estratégias e objetivos; produto e processo; arranjos físicos e fluxo; rede de operações: configuração; localização; capacidade produtiva. Função qualidade e seus desdobramentos.
5. Administração financeira e contábil: Rentabilidade; Lucratividade; Desempenho operacional e evolução patrimonial; Análise do retorno do investimento; Planejamento Financeiro; Fluxo de Caixa; Custos: formação e aplicação; Balanço Patrimonial; Demais demonstrações contábeis. Orçamento empresarial. Projeções financeiras.
6. Administração em serviços: conceitos de serviços; principais tipos; integração serviço/produto; tecnologia da informação em serviços; relação entre serviços e clientes.
7. Gestão de pessoas/administração de recursos humanos – funções básicas: recrutamento e seleção; avaliação de desempenho; remuneração, programas de incentivos e benefícios; treinamento e desenvolvimento; higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho. Gestão de Pessoas por Competências. Possibilidades e limites da gestão de pessoas no setor público. Gestão de equipes. *Coaching* – Conceito, o processo, desenvolvimento e resultados.
8. Mudança e Cultura Organizacional: cultura organizacional: significado e componentes. Processo decisório e resolução de problemas. Liderança; Indicadores de Desempenho; teorias da motivação. Motivação e recompensas intrínsecas e extrínsecas. Motivação e contrato psicológico; comunicação interpessoal. Barreiras à comunicação. Comunicação formal e informal na organização; comportamento grupal e intergrupal. Processo de desenvolvimento de grupos. Liderança e poder.
9. Análise Administrativa (análise, desenho e melhoria de processos administrativos); gráficos de processamento (fluxograma e funcionograma); layout físico; processos – conceituação, tipos, importância e aplicação; reengenharia, conceituação e sua aplicação nas organizações; manuais administrativos; formulários; sistemas administrativos e de informação;
10. Administração Pública. Princípios de Direito Administrativo. Organização Administrativa: administração direta e indireta, descentralização e desconcentração administrativa. Compras e contratações na Administração Pública: modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, licitações, fase interna, termo de referência, projeto básico, fase externa, contratos administrativos, alterações contratuais, gestão e fiscalização de contratos com mão de obra. Lei 8666/93.
11. Administração por projetos: conceitos de projetos; vantagens da gestão por projetos; metodologia de projetos; BPM – Business Process Management; estrutura organizacional por projetos.

Bibliografia sugerida:

- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: Thomson, 2005. 606p.
- BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração financeira: teoria e prática**. São Paulo: Thomson, 2006.
- CERTO, Samuel C. **A administração moderna**. S. Paulo: Pearson, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. total. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. São Paulo: Manole, 2014.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



- COSTA, Indio da. **Administração pública no século XXI: foco no cidadão.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. xii,
- DE SORDI, José Osvaldo. **Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. xxviii, 338 p.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xlii, 1038 p.
- DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xii, 528 p.
- FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços: operações, estratégica e tecnologia da informação.** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, AMGH, 2014.
- GESTÃO e implementação de projetos. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2005. 181 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis estratégicos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 321 p.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004. xxviii, 745 p.
- GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. xix, 352 p.
- GROPPELLI, Angélico A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. xv, 496 p.
- HALL, Richard H. **Organizações estrutura, processos e resultados.** São Paulo: Pearson, 2004.
- HELDMAN, Kim. **Gerência de projetos: guia para o exame oficial do PMI.** 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.
- HOOLEY, G.; PIERCY, N.; NICOLAUD, B. **Estratégia de marketing e posicionamento competitivo.** São Paulo: Pearson, 2011.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing.** 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. xxvi, 765 p.
- MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração pública: centralizada e descentralizada.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001. 675p.
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xiii, 289 p.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xix, 480 p.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos: conceitos, metodologias, práticas.** 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial.** 19. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xii, 210 p.
- ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. xxvi, 633 p.
- SILVA, Ana Catarina Lima. **BPM - Business Process Management: volume 1 : introdução sobre BPM em uma visão integrada e didática para a gestão estratégica de processos de negócio.** São Paulo, SP: Bookess, 2017. 323 p.
- SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. xxii, 698 p.
- VALERIANO, Dalton L. **Gerenciamento estratégico e administração por projetos.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. xxx, 295 p.
- XAVIER, Carlos Magno da Silva. **Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Código 203)

1. Banco de dados
 - 1.1. Modelo de Dados
 - 1.2. Modelagem e Projeto de Banco de Dados.
 - 1.3. Arquitetura, Segurança, Integridade e Concorrência,
 - 1.4. Gerenciamento de Transações.
 - 1.5. Linguagens de Consulta
 - 1.6. Mineração de Dados



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



2. Redes de Computadores
 - 2.1. Tipos de Enlace, Modos e Meios de Transmissão
 - 2.2. Protocolos e Serviços de Comunicação
 - 2.3. Terminologia, Topologias e Modelos de Arquitetura
 - 2.4. Especificação de Protocolos
 - 2.5. Interconexão de Redes
 - 2.6. Computação em nuvem
 - 2.7. Segurança e Autenticação
3. Sistema operacional Windows 10
 - 3.1. Configuração e personalização avançada
 - 3.2. Gestão de usuários, grupos e controle de acesso
 - 3.3. Configuração de recursos de rede, Área de trabalho remota e Firewall
 - 3.4. Sistema de arquivos
 - 3.4.1. Manipulação de arquivos
 - 3.4.2. Permissões de arquivos e pastas
 - 3.4.3. Compactação e criptografia de arquivos
4. Segurança da Informação
5. Pacote Office 2016
 - 5.1. Word
 - 5.2. Excel

Bibliografia sugerida:

DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.
Manuais on-line do Microsoft Office. Disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br>
Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/windows>
NETO, Pedro, ARAUJO, Wagner. Segurança Da Informação Uma visão sistêmica para implantação em organizações. Editora UFPB. 2019.
TANENBAUM, A. Sistemas operacionais modernos. 4ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
TANENBAUM, A., WETHERALL, David J. Redes de Computadores, 5ª ed., Editora Pearson, 2011.
TORRES, Gabriel. Hardware-Curso Completo. 4ª ed. Rio de Janeiro, 2001.
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 10ª ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Código 204)

Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, usuários e classificações da contabilidade. Fatos contábeis e alterações no patrimônio líquido. Regimes contábeis: caixa e competência. Escrituração contábil em empresas comerciais, industriais e de serviços e em organizações públicas: procedimentos contábeis, livros contábeis (obrigatórios e facultativos), registros (lançamentos) nos livros contábeis e livros fiscais, conteúdo dos lançamentos, sistemas computadorizados para escrituração contábil. Plano de contas aplicado ao setor público. Princípios contábeis vigentes publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (NBC TG – Estrutura Conceitual – CPC 00 - R2). Ativo, passivo e patrimônio líquido, segundo a Lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios de avaliação. Redução ao valor recuperável de ativos. Subvenção e assistência governamental. Valor justo de ativos e de passivos. Ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Depreciação, amortização e perda de ativos. Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de contabilização, observância dos princípios contábeis. Custos dos produtos/ mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização.



Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado. Demonstrações contábeis (financeiras), segundo a lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, tipos de demonstrações, conteúdo. Apresentação das Demonstrações Contábeis (NBC TG 26 - R5).

Fundamentos de contabilidade tributária e de legislação tributária: tributos previstos na constituição federal; tributos de competência federal, estadual e municipal; princípios constitucionais tributários; normas antielisão; renúncia fiscal; tributos diretos e tributos indiretos; incentivos fiscais; normas para escrituração fiscal; critérios fiscais para avaliação de estoques e de ativos imobilizados.

Análise de Demonstrações Financeiras: análise horizontal, análise vertical; análise do capital de giro; índices de liquidez, de endividamento, de rotatividade (de atividades), de rentabilidade e de lucratividade.

Contabilidade de Custos: Conceitos, Objetivos e Finalidades da Contabilidade de Custos: Conceito de custos, despesas, investimento, ganho, perda e gastos; Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos; Classificação e Nomenclatura dos Custos: Custos fixos e custos variáveis, custos diretos e indiretos, custos controláveis e não controláveis; Custos primários e custos de transformação; Objeto de custeio; Métodos de Custeio: Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio Baseado em Atividades (ABC) e Custeio Pleno (RKW); Custo por Produto, Custo por Processo, Custo por Atividade. Custos no Setor Público (NBC TSP 34).

Contabilidade Pública: conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade no setor público; patrimônio público e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público; registro contábil, segurança da documentação contábil, reconhecimento e bases da mensuração; demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado econômico, notas explicativas); Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação; Bases para a apresentação de demonstrações contábeis; Diferença entre regime de competência e regime de caixa; Plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Receita e despesa públicas: Definições e classificações; Estágios (etapas); Procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); Tratamento legal; Forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; Despesas de exercícios anteriores.

Orçamento Público: Conceito, classificação e tipos; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário; Elaboração do orçamento; Previsões anuais e plurianuais; Exercício financeiro; Créditos adicionais; Orçamento por programas; Diretrizes orçamentárias; Programação financeira e transferências financeiras; Restos a pagar; Dívida pública; Operações de crédito; Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público. Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101/2000. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Transparência. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações e Contratos que interferem no processo contábil das organizações. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública. Controle interno e controle externo na administração pública.

Auditoria de Demonstrações Contábeis: Objetivos do auditor; Riscos de auditoria; Ceticismo e julgamento profissional do auditor; Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis; Evidências de auditoria; Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle interno da entidade; Ambiente de controle interno da entidade; Componentes do controle interno; Procedimentos de auditoria em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações. Contratos e compras na administração pública: processo licitatório, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão, dispensa de licitação, habilitação de fornecedores, formalização, alteração e execução de contratos.

Bibliografia sugerida:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



ADRIANO, Sérgio. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. 2018. Atlas. ALVES, Aline. Análise das demonstrações financeiras. Porto Alegre. SAGAH 2018. ARRUDA, Daniel Gomes; ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da Teoria à Prática. 2020. 3ª edição.

ARAÚJO, I. ARRUDA, D. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo Atlas 2015

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática. 2021. Atlas

BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (regulamenta as atribuições de contador).

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal).

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. BRASIL. Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias.

BRASIL. Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (orçamentos e balanços no setor público) Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.

BRASIL. Lei Federal nº 6.404/76 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL. Lei n.º 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

BRASIL. Lei n.º 8666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa.

NBC T 19.17 (Ajuste a Valor Presente). NBC TG 04 (Ativo Intangível). NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro). NBC TG 16 (Estoques). NBC TSP 04 (Estoques). NBC TG 27 (Ativo Imobilizado). NBC TSP 07 (ativo imobilizado). NBC TSP 08 (Ativo Intangível). 00000 NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis). NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria). NBC TA 230 (documentação de auditoria). NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança). NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno). NBC TA 300 (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis). NBC TA 315 (riscos de distorção relevante). NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados). NBC TA 500 (evidência de auditoria). NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).

CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Sílvio Aparecido. Orçamento público: Planejamento, elaboração e controle. 2013, Saraiva

CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: Teoria e prática. 2019. Saraiva.

FABRETTI, L.C. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

FABRETTI, Lúcio Camargo. Código tributário nacional comentado, 7ª. Ed. ed., Atlas, São Paulo: 2007.

GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2021.

GIACOMONI, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema – Processo. 2018. Atlas

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 2021. Atlas.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

Legislação Federal: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº. 101/2000, Leis Ordinárias nº 6.404/76 e nº 4320/64.

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.

MACHADO Jr., J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. Lei n.º 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

MARION, J.C. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo. Atlas 2019. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos, 11ª edição. 2018. Atlas.

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª edição. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada.

NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria).

NBC TA 230 (documentação de auditoria).

NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança). NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno).

NBC TA 300 (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis).

NBC TA 315 (riscos de distorção relevante).

NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados).

NBC TA 500 (evidência de auditoria).

NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).

NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).

NEVES. Silvério das., VICECONTI Paulo Viceconti. Contabilidade de Custos - Um Enfoque Direto e Objetivo - 12ª Edição. Saraiva.

OLIVEIRA, L.M.; CHIEREGATO, R.; PERES JÚNIOR, J.H.; GOMES, M.B. Manual de contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Luís Martins de, et al. Manual de contabilidade tributária, 6ª. Ed. Atlas, São Paulo: 2008.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária, 3ª ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro: 2005.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2017. Saraiva.

SILVA, J.P. Análise financeira das empresas. São Paulo; Atlas, 2012.

SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. Contabilidade Geral e Tributária.

ASSISTENTE LEGISLATIVO/ORÇAMENTOS E FINANÇAS (Código 206)

Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, usuários e classificações da contabilidade. Fatos contábeis e alterações no patrimônio líquido. Regimes contábeis: caixa e competência. Escrituração contábil em empresas comerciais, industriais e de serviços e em organizações públicas: procedimentos contábeis, livros contábeis (obrigatórios e facultativos), registros (lançamentos) nos livros contábeis e livros fiscais, conteúdo dos lançamentos, sistemas computadorizados para escrituração contábil. Plano de contas aplicado ao setor público. Princípios contábeis vigentes publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (NBC TG – Estrutura Conceitual – CPC 00 - R2). Ativo, passivo e patrimônio líquido, segundo a Lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios de avaliação. Redução ao valor recuperável de ativos. Subvenção e assistência governamental. Valor justo de ativos e de passivos. Ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Depreciação, amortização e perda de ativos. Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de contabilização, observância dos princípios contábeis. Custos dos produtos/ mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização. Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado. Demonstrações contábeis (financeiras), segundo a lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, tipos de demonstrações, conteúdo. Apresentação das Demonstrações Contábeis (NBC TG 26 - R5).



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



Fundamentos de contabilidade tributária e de legislação tributária: tributos previstos na constituição federal; tributos de competência federal, estadual e municipal; princípios constitucionais tributários; normas antielisão; renúncia fiscal; tributos diretos e tributos indiretos; incentivos fiscais; normas para escrituração fiscal; critérios fiscais para avaliação de estoques e de ativos imobilizados.

Análise de Demonstrações Financeiras: análise horizontal, análise vertical; análise do capital de giro; índices de liquidez, de endividamento, de rotatividade (de atividades), de rentabilidade e de lucratividade.

Contabilidade de Custos: Conceitos, Objetivos e Finalidades da Contabilidade de Custos: Conceito de custos, despesas, investimento, ganho, perda e gastos; Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos; Classificação e Nomenclatura dos Custos: Custos fixos e custos variáveis, custos diretos e indiretos, custos controláveis e não controláveis; Custos primários e custos de transformação; Objeto de custeio; Métodos de Custeio: Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio Baseado em Atividades (ABC) e Custeio Pleno (RKW); Custo por Produto, Custo por Processo, Custo por Atividade. Custos no Setor Público (NBC TSP 34).

Contabilidade Pública: conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade no setor público; patrimônio público e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público; registro contábil, segurança da documentação contábil, reconhecimento e bases da mensuração; demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado econômico, notas explicativas); Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação; Bases para a apresentação de demonstrações contábeis; Diferença entre regime de competência e regime de caixa; Plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Receita e despesa públicas: Definições e classificações; Estágios (etapas); Procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); Tratamento legal; Forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; Despesas de exercícios anteriores.

Orçamento Público: Conceito, classificação e tipos; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário; Elaboração do orçamento; Previsões anuais e plurianuais; Exercício financeiro; Créditos adicionais; Orçamento por programas; Diretrizes orçamentárias; Programação financeira e transferências financeiras; Restos a pagar; Dívida pública; Operações de crédito; Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público. Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101/2000. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Transparência. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações e Contratos que interferem no processo contábil das organizações. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública. Controle interno e controle externo na administração pública.

Bibliografia sugerida:

- ADRIANO, Sérgio. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. 2018. Atlas. ALVES, Aline. Análise das demonstrações financeiras. Porto Alegre. SAGAH 2018. ARRUDA, Daniel Gomes; ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da Teoria à Prática. 2020. 3ª edição.
- ARAÚJO, I. ARRUDA, D. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo Atlas 2015
- BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática. 2021. Atlas
- BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (regulamenta as atribuições de contador).
- BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal).



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. BRASIL. Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias.

BRASIL. Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (orçamentos e balanços no setor público) Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.

BRASIL. Lei Federal nº 6.404/76 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL. Lei nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

BRASIL. Lei nº 8666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa. NBC T 19.17 (Ajuste a Valor Presente). NBC TG 04 (Ativo Intangível). NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro). NBC TG 16 (Estoques). NBC TSP 04 (Estoques). NBC TG 27 (Ativo Imobilizado). NBC TSP 07 (ativo imobilizado). NBC TSP 08 (Ativo Intangível). 00000 NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis). NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).

CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Sílvio Aparecido. Orçamento público: Planejamento, elaboração e controle. 2013, Saraiva

CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: Teoria e prática. 2019. Saraiva.

FABRETTI, L.C. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

FABRETTI, Lúdio Camargo. Código tributário nacional comentado, 7ª. Ed. ed., Atlas, São Paulo: 2007.

GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2021.

GIACOMONI, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema – Processo. 2018. Atlas

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 2021. Atlas.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

Legislação Federal: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº. 101/2000, Leis Ordinárias nº 6.404/76 e nº 4320/64.

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.

MACHADO Jr., J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. Lei nº 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

MARION, J.C. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo. Atlas 2019. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos, 11ª edição. 2018. Atlas.

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª edição. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada.

NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).

NEVES. Silvério das., VICECONTI Paulo Viceconti. Contabilidade de Custos - Um Enfoque Direto e Objetivo - 12ª Edição. Saraiva.

OLIVEIRA, L.M.; CHIEREGATO, R.; PERES JÚNIOR, J.H.; GOMES, M.B. Manual de contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Luís Martins de, et al. Manual de contabilidade tributária, 6ª. Ed. Atlas, São Paulo: 2008.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária, 3ª ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro: 2005.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2017. Saraiva.
SILVA, J.P. Análise financeira das empresas. São Paulo; Atlas, 2012.
SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.
SILVA, Lourivaldo Lopes da. Contabilidade Geral e Tributária.

ASSISTENTE LEGISLATIVO/DIREITO (Código 207)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Organização da Administração Pública Brasileira. Administração direta e indireta. Princípios constitucionais da Administração Pública.
2. **ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA (INDIRETA):** Pessoas da administração: espécies e tipicidades de entes administrativos. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: criação, estrutura, regime jurídico, características, agente, extinção
3. **ATIVIDADE ADMINISTRATIVA:** Conceito, natureza e fins da Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Prerrogativas da Administração Pública. Uso e abuso do poder. Poder de polícia.
4. **LICITAÇÕES:** Conceito, princípios. Modalidades de licitação. Edital nas licitações. Tipos de licitação. Julgamento nas licitações. Homologação e adjudicação nas licitações. Nova Lei Geral de Licitação e Contratos, alterações e transição legislativa.
5. **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:** Conceito, características, formalização, execução. Alteração dos contratos administrativos. Extinção dos contratos administrativos.
6. **DOMÍNIO PÚBLICO:** Bens públicos. Natureza, características e classificação dos bens públicos. Utilização dos bens públicos, restrições, limitações administrativas e poder de polícia no âmbito municipal, uso e ocupação do solo urbano: instrumentos, limitações, modalidades, função social do solo urbano, medidas de aproveitamento, zoneamento.
7. **SERVIDORES PÚBLICOS:** Cargo, emprego e função pública. Princípios constitucionais dos servidores públicos. Direitos, vantagens, deveres, proibições e responsabilidade dos servidores públicos. Empregados públicos.
8. **ATOS ADMINISTRATIVOS:** Conceito, elementos, classificação, requisitos, atributos. Espécies de atos administrativos. Motivação e motivo dos atos administrativos. Teoria das nulidades dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade.
9. **CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Controle administrativo: conceito e características. Controle interno e controle externo da Administração Pública. Tutela administrativa, supervisão e vinculação na administração. Controle parlamentar e controle popular.
10. Responsabilidade do Estado por dano (extracontratual).

Referências bibliográficas:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETTO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.
OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. *Curso de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.
JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo Saraiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:** Princípios e normas constitucionais. Eficácia dos princípios. Os princípios constitucionais brasileiros.
2. **DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS:** Os direitos individuais no sistema constitucional brasileiro. Os direitos sociais no sistema constitucional brasileiro. Os direitos coletivos no sistema constitucional brasileiro. As garantias constitucionais: “*Habeas Corpus*”, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Ação Popular, “*Habeas Data*”, Direito de Petição. Os direitos sociais.
3. **A FEDERAÇÃO NO BRASIL:** Características da Federação, a forma federativa na Constituição da República: a União, os Estados Federados, os Municípios e o Distrito Federal. Sistema de repartição de competências no Brasil.



4. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: Competência e bens da União. Organização dos Poderes da União. Intervenção federal nos Estados da Federação, Intervenção nos Municípios. O Poder Legislativo: estrutura, organização, atribuições, estatuto dos congressistas, prerrogativas institucionais e funcionais, vedações. processo legislativo, procedimento legislativo ordinário, procedimentos legislativos especiais. Reforma constitucional: limitações, espécies, cláusulas pétreas O Poder Legislativo e a função legislativa nos Municípios. Organização: Mesa Diretora, Comissões, competências legislativas, processo e procedimentos legislativos; processo, procedimentos e atos legislativos municipais, Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal .Prerrogativas institucionais do Poder Legislativo Municipal, prerrogativas e vedações funcionais do Vereadores. O Poder Executivo no âmbito municipal: organização, funções, responsabilidade. O Poder Judiciário: jurisdição, organização. O Supremo Tribunal Federal: organização e competência. O Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. A Justiça Federal Ordinária: organização e competência. A Justiça do Trabalho: organização e competências. A Justiça Estadual: organização e competências. Funções essenciais à Justiça: o Ministério Público. A Advocacia Pública. A Defensoria Pública.
5. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ATINENTES À ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO: Lei orçamentária, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle financeiro e orçamentário.
6. ORDEM ECONÔMICA: Princípios gerais da ordem econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico.
7. ORDEM FINANCEIRA: Princípios do orçamento. Gestão Financeira: receita e despesas. Fiscalização financeira e orçamentária. Distribuição de rendas e receitas no sistema brasileiro. Tribunais de Contas da União e do Estado.
8. ORDEM SOCIAL: Da Seguridade Social: Disposições gerais. Da Saúde. Da Previdência Social. Da Assistência Social. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Da Ciência e Tecnologia. Da Comunicação Social. Do Meio Ambiente. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Dos Índios. Sistema Único de Saúde.
9. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: Espécies, competências, controle difuso e controle concentrado, ações de controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade da legislação Municipal.

Referências bibliográficas:

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros.
LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Saraiva. MENDES, Gilmar Ferreira;
BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.
SARLET, Ingo, MARINONI, Luiz. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.
MORAES, Alexandre, *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas.

CONTROLADOR (Código 208)

Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, usuários e classificações da contabilidade. Fatos contábeis e alterações no patrimônio líquido. Regimes contábeis: caixa e competência. Escrituração contábil em empresas comerciais, industriais e de serviços e em organizações públicas: procedimentos contábeis, livros contábeis (obrigatórios e facultativos), registros (lançamentos) nos livros contábeis e livros fiscais, conteúdo dos lançamentos, sistemas computadorizados para escrituração contábil. Plano de contas aplicado ao setor público. Princípios contábeis vigentes publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (NBC TG – Estrutura Conceitual – CPC 00 - R2). Ativo, passivo e patrimônio líquido, segundo a Lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios de avaliação. Redução ao valor recuperável de ativos. Subvenção e assistência governamental. Valor justo de ativos e de passivos. Ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Depreciação, amortização e perda de ativos. Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de contabilização, observância dos princípios contábeis. Custos dos produtos/ mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização.



Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado. Demonstrações contábeis (financeiras), segundo a lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, tipos de demonstrações, conteúdo. Apresentação das Demonstrações Contábeis (NBC TG 26 - R5).

Fundamentos de contabilidade tributária e de legislação tributária: tributos previstos na constituição federal; tributos de competência federal, estadual e municipal; princípios constitucionais tributários; normas antielisão; renúncia fiscal; tributos diretos e tributos indiretos; incentivos fiscais; normas para escrituração fiscal; critérios fiscais para avaliação de estoques e de ativos imobilizados.

Análise de Demonstrações Financeiras: análise horizontal, análise vertical; análise do capital de giro; índices de liquidez, de endividamento, de rotatividade (de atividades), de rentabilidade e de lucratividade.

Contabilidade de Custos: Conceitos, Objetivos e Finalidades da Contabilidade de Custos: Conceito de custos, despesas, investimento, ganho, perda e gastos; Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos; Classificação e Nomenclatura dos Custos: Custos fixos e custos variáveis, custos diretos e indiretos, custos controláveis e não controláveis; Custos primários e custos de transformação; Objeto de custeio; Métodos de Custeio: Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio Baseado em Atividades (ABC) e Custeio Pleno (RKW); Custo por Produto, Custo por Processo, Custo por Atividade. Custos no Setor Público (NBC TSP 34).

Contabilidade Pública: conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade no setor público; patrimônio público e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público; registro contábil, segurança da documentação contábil, reconhecimento e bases da mensuração; demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado econômico, notas explicativas); Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação; Bases para a apresentação de demonstrações contábeis; Diferença entre regime de competência e regime de caixa; Plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Receita e despesa públicas: Definições e classificações; Estágios (etapas); Procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); Tratamento legal; Forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; Despesas de exercícios anteriores.

Orçamento Público: Conceito, classificação e tipos; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário; Elaboração do orçamento; Previsões anuais e plurianuais; Exercício financeiro; Créditos adicionais; Orçamento por programas; Diretrizes orçamentárias; Programação financeira e transferências financeiras; Restos a pagar; Dívida pública; Operações de crédito; Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público. Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101/2000. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Transparência. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações e Contratos que interferem no processo contábil das organizações. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública. Controle interno e controle externo na administração pública.

Auditoria de Demonstrações Contábeis: Objetivos do auditor; Riscos de auditoria; Ceticismo e julgamento profissional do auditor; Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis; Evidências de auditoria; Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle interno da entidade; Ambiente de controle interno da entidade; Componentes do controle interno; Procedimentos de auditoria em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações. Contratos e compras na administração pública: processo licitatório, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão, dispensa de licitação, habilitação de fornecedores, formalização, alteração e execução de contratos.

Bibliografia sugerida:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



ADRIANO, Sérgio. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. 2018. Atlas. ALVES, Aline. Análise das demonstrações financeiras. Porto Alegre. SAGAH 2018. ARRUDA, Daniel Gomes; ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da Teoria à Prática. 2020. 3ª edição.

ARAÚJO, I. ARRUDA, D. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo Atlas 2015

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática. 2021. Atlas

BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (regulamenta as atribuições de contador).

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal).

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. BRASIL. Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias.

BRASIL. Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (orçamentos e balanços no setor público) Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.

BRASIL. Lei Federal nº 6.404/76 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL. Lei nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

BRASIL. Lei nº 8666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa.

NBC T 19.17 (Ajuste a Valor Presente). NBC TG 04 (Ativo Intangível). NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro). NBC TG 16 (Estoques). NBC TSP 04 (Estoques). NBC TG 27 (Ativo Imobilizado). NBC TSP 07 (ativo imobilizado). NBC TSP 08 (Ativo Intangível). 00000 NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis). NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).

CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Sílvio Aparecido. Orçamento público: Planejamento, elaboração e controle. 2013, Saraiva

CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: Teoria e prática. 2019. Saraiva.

FABRETTI, L.C. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

FABRETTI, Lúcio Camargo. Código tributário nacional comentado, 7ª. Ed. ed., Atlas, São Paulo: 2007.

GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2021.

GIACOMONI, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema – Processo. 2018. Atlas

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 2021. Atlas.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

Legislação Federal: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº. 101/2000, Leis Ordinárias nº 6.404/76 e nº 4320/64.

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.

MACHADO Jr., J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. Lei nº 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

MARION, J.C. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo. Atlas 2019. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos, 11ª edição. 2018. Atlas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023



MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª edição. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada.

NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria).

NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria). NBC TA 230 (documentação de auditoria). NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança). NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno). NBC TA 300 (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis). NBC TA 315 (riscos de distorção relevante). NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados). NBC TA 500 (evidência de auditoria).

NBC TA 230 (documentação de auditoria).

NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança). NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno).

NBC TA 300 (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis).

NBC TA 315 (riscos de distorção relevante).

NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados).

NBC TA 500 (evidência de auditoria).

NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).

NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).

NEVES, Silvério das., VICECONTI Paulo Viceconti. Contabilidade de Custos - Um Enfoque Direto e Objetivo - 12ª Edição. Saraiva.

OLIVEIRA, L.M.; CHIEREGATO, R.; PERES JÚNIOR, J.H.; GOMES, M.B. Manual de contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Luís Martins de, et al. Manual de contabilidade tributária, 6ª. Ed. Atlas, São Paulo: 2008.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária, 3ª ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro: 2005.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2017. Saraiva.

SILVA, J.P. Análise financeira das empresas. São Paulo; Atlas, 2012.

SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. Contabilidade Geral e Tributária.